
O Emprego Doméstico na Região Metropolitana de Salvador

Em 2013, cresceu o número de trabalhadoras domésticas mensalistas com carteira de trabalho assinada, enquanto reduziu o de mensalistas sem carteira de trabalho assinada e, em maior proporção, o de diaristas. Elevou-se o rendimento médio real por hora das diaristas para as três categorias, contudo, em intensidade menor para as mensalistas com carteira de trabalho; para as mensalistas sem carteira e para as diaristas, o aumento foi o maior dos últimos 16 anos. Mais de 86% das mensalistas sem carteira assinada e das diaristas não contribuem para a Previdência Social.

A partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013, que amplia os direitos dos empregados domésticos – como proteção do salário, jornada máxima, horas extras, segurança do trabalho, FGTS obrigatório, entre outros –, criou-se grande expectativa acerca dos rumos dessa ocupação no Brasil. Mesmo alguns direitos não sendo imediatamente aplicáveis, pois ainda precisam de regulamentação, é possível perceber algumas mudanças nas características do emprego doméstico, ocupação que vem sendo investigada, desde 1996, pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador.

Ainda que não se possa distinguir com precisão quanto tais mudanças foram decorrentes da aprovação da Emenda Constitucional e quanto o foram da conjuntura econômica ou de políticas específicas que também afetam outras categorias de trabalhadores, há informações suficientes que ajudam a entender o formato que está se delineando para esta ocupação no mercado de trabalho regional.

Neste estudo, são analisadas apenas as informações das mulheres no emprego doméstico, como uma maneira de melhor entender esse segmento em situações típicas, uma vez que os homens, além de comporem uma parcela muito pequena, costumam exercer atividades com características bastante distintas das desempenhadas pelas mulheres, como as de motorista e jardineiro.

O período investigado para maior parte dos indicadores é 2012 e 2013, mas, vez ou outra, faz-se necessário analisar períodos mais longos. As informações levantadas se referem a dados sobre forma de contratação, atributos pessoais, jornada média de trabalho, região de moradia e de trabalho, contribuição para a Previdência Social e rendimento médio real por hora.

As empregadas domésticas na RMS – estrutura e comportamento da ocupação e do perfil

Em 2013, a participação dos serviços domésticos no total da ocupação na Região Metropolitana de Salvador era de 8,1%, sendo que as mulheres representavam 96,5% dos ocupados inseridos neste segmento – cerca de 119 mil trabalhadoras em um universo de 123 mil pessoas –, contratadas principalmente como *empregadas domésticas* para realizarem atividades de serviços gerais, com ou sem carteira de trabalho assinada, ou trabalhando como diaristas.

Após um longo período entre 2001 e 2010 em que houve redução da importância do emprego doméstico remunerado na estrutura ocupacional das mulheres, o segmento apresentou estabilidade nos anos 2011 a 2013, com cerca de 17,0% do total da ocupação feminina. Em 2013 essa parcela foi de 16,9%.

Algumas características das trabalhadoras foram sendo alteradas ao longo do tempo. Entre elas destacam-se as seguintes:

- Redução da lacuna existente entre o nível de instrução das domésticas e o do conjunto das mulheres ocupadas (em 1997, as domésticas tinham 52,2% dos anos de estudo das mulheres ocupadas e, em 2013, passaram a 69,4%), em razão do intenso crescimento da média de escolaridade das empregadas domésticas (4,2 anos completos de estudo em 1997 para 7,1 anos em 2013) (Ver Tabela 16 do Anexo Estatístico). Embora ainda compondo uma menor parcela nesse segmento, ocupações como babá e cuidadora de idoso demandam maior especialização e, portanto, são as que apresentam maior nível de escolaridade e de remuneração entre as trabalhadoras domésticas.
- Aumento da média de idade das trabalhadoras do serviço doméstico (29 anos em 1997 para 40 anos em 2013). O trabalho doméstico remunerado vem deixando de ser alternativa ocupacional para crianças, adolescentes e jovens, com 10 a 24 anos de idade, que representavam 44,0% das mulheres no emprego doméstico em 1997 e passaram a ocupar apenas 7,4% dessas posições de trabalho em 2013 (Ver Tabelas 17 e 18 do Anexo Estatístico).
- Com o envelhecimento das trabalhadoras, aumentou o número de chefe de família e cônjuge e diminuiu a parcela de filhas (Ver Tabela 4 do Anexo Estatístico)

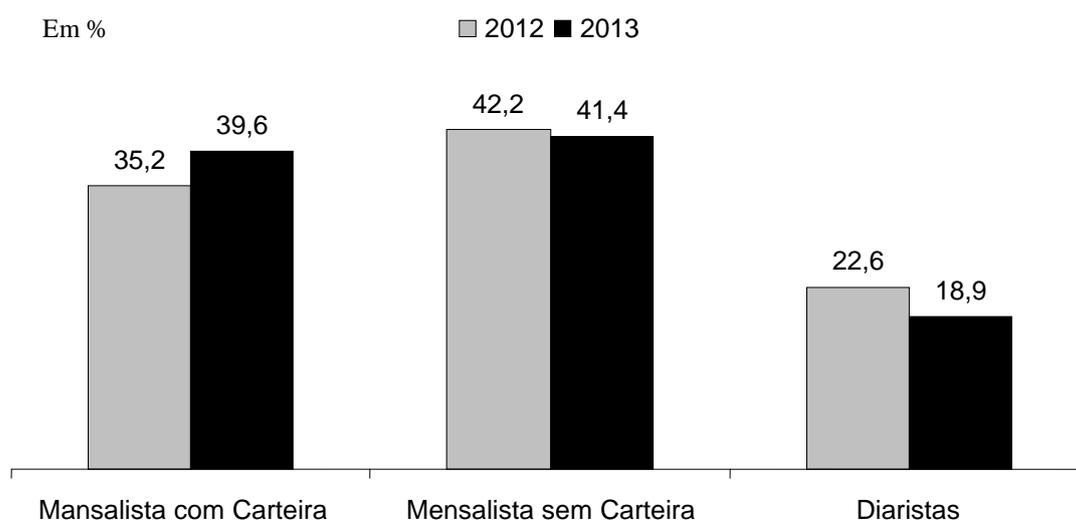
Outra tendência verificada foi a forma de contratação. O emprego doméstico acompanhou o movimento de formalização das relações de trabalho no Brasil. O

número de trabalhadoras mensalistas com carteira de trabalho assinada pelo empregador cresceu 67,3% entre 1997 e 2013, enquanto que o de mensalistas sem carteira assinada diminuiu 28,7%. O aumento da formalização das relações de trabalho também se verificou pela ampliação do contingente de trabalhadoras com proteção previdenciária: em 1997 29,0% das trabalhadoras contribuíam para a previdência social e, em 2013, 45,7% (Ver Tabela 7 do Anexo Estatístico).

A ampliação da participação de diaristas no contingente de trabalhadoras domésticas e a drástica redução do percentual de empregadas domésticas que residiam no domicílio dos empregadores foram outras das alterações nas relações de trabalho. As diaristas representavam 10,0% das trabalhadoras do segmento em 1997, e elevaram esse percentual para 18,9% em 2013, e as domésticas que residiam no domicílio dos empregadores decresceram de mais de dois quintos (41,5%) do total de trabalhadoras domésticas em 1997 para apenas 3,2% em 2013. (Gráfico 1).

Apesar da tendência na formalização do trabalho, e constatando que entre 2012 e 2013 a única posição ocupacional que elevou a sua participação foi a com carteira assinada, as domésticas sem carteira seguem sendo a maioria: 41,4% (Gráfico 1), o que aponta ainda para a necessidade de leis que regulamentem a contratação de domésticas mensalistas.

Gráfico 1
Distribuição das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador – 2012-2013

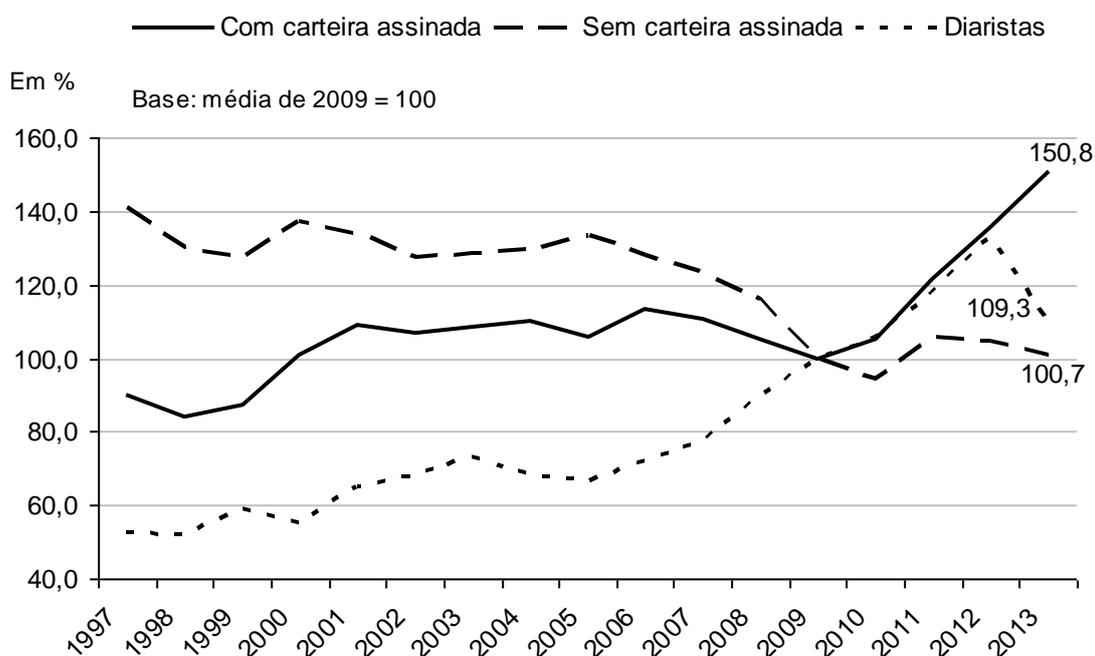


Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

Em termos absolutos, entre 2012 e 2013, foram criadas ocupações apenas entre as empregadas domésticas mensalistas com carteira assinada (10,6%), enquanto decresceu a ocupação para as mensalistas sem carteira (3,5%) e de forma mais intensa entre as diaristas (17,8%). Ao longo da série histórica, a forma de inserção que mais cresceu foi a de diarista, todavia, nos últimos cinco anos, a tendência vem se modificando e a ocupação com carteira assinada passou a se elevar mais intensamente (Gráfico 2).

Algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar essa ocorrência, além de seguir uma tendência geral de formalização, como já citado anteriormente, o crescimento econômico observado nos últimos anos, somado à elevação da escolaridade, certamente, são fatores que contribuíram de modo significativo para essa mudança. No momento em que as oportunidades de trabalho se multiplicam e que essas trabalhadoras passam a responder aos requisitos de maior escolarização, a tendência seria, de um lado, migrarem para setores mais estruturados e que ofereçam um maior status social e, por outro lado, aquelas que permanecem no segmento doméstico passam a ter um maior poder de barganha.

Gráfico 2
Índices do nível de ocupação das mulheres empregadas domésticas, por posição de ocupação
Região Metropolitana de Salvador – 1997-2013



Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

Uma vertente que merece ser observada, ao considerar o emprego doméstico, é o local de moradia dessas trabalhadoras, em 2013, 88,5% das trabalhadoras domésticas da RMS residiam no município de Salvador, proporção maior que no ano de 2012, quando esse percentual foi de 87,7%. No período, houve aumento dessa proporção para as trabalhadoras domésticas sem carteira (de 82,4% para 85,0%), enquanto reduziu entre as diaristas (de 88,8% para 87,1%) e entre aquelas com carteira assinada (de 93,4% para 92,9%), grupo que apresenta a maior proporção de domésticas que residem no município de Salvador (ver Tabela 10 do Anexo Estatístico). Além disso, deve-se observar que a proporção das domésticas que não moram no trabalho é maior entre as sem carteira assinada, 97,8%, que entre as com carteira assinada, 94,3%.

A informação sobre a área de moradia das trabalhadoras domésticas, ganha maior importância analítica quanto se observa o seu local de trabalho, na RMS, em 2013, 96,1% dessas trabalhadoras residiam e trabalhavam no mesmo município, esse percentual foi maior que o observado no ano de 2012: 95,7%. Em qualquer forma de inserção observada, o percentual de trabalhadoras domésticas que residiam e trabalhavam no mesmo município aumentou no período, como mostra a Tabela 1. Isso pode indicar que algumas trabalhadoras conseguiram encontrar trabalho mais próximo de sua localidade de moradia. Mesmo com o aumento neste contingente sabe-se que parcela importante delas – mesmo as que moram e trabalham no mesmo município – se desloca de regiões mais periféricas para trabalhar em regiões mais centrais, é fato que elas têm que percorrer penosos e longos trajetos diariamente.

Tabela 1
Distribuição das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação, segundo
região de moradia e de trabalho
Região Metropolitana de Salvador – 2012-2013

Período e Região de Moradia	Total	Mensalistas		Diaristas
		Com carteira assinada	Sem carteira assinada	
2012				
RMS	100,0	100,0	100,0	100,0
Reside e trabalha no mesmo município	95,7	94,9	96,6	95,1
No Município de Salvador	84,6	89,9	79,8	85,0
Fora do Município de Salvador	11,1	(1)	16,8	(1)
Reside e trabalha em municípios distintos	(1)	(1)	(1)	(1)
Reside no Município de Salvador	(1)	(1)	(1)	(1)
Reside fora do Município de Salvador	(1)	(1)	(1)	(1)
2013				
RMS	100,0	100,0	100,0	100,0
Reside e trabalha no mesmo município	96,1	95,3	96,7	96,4
No Município de Salvador	85,9	89,9	82,7	84,4
Fora do Município de Salvador	10,2	(1)	(1)	(1)
Reside e trabalha em municípios distintos	(1)	(1)	(1)	(1)
Reside no Município de Salvador	(1)	(1)	(1)	(1)
Reside fora do Município de Salvador	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Entre as mudanças previstas pela emenda constitucional, incluem-se limite de jornada de trabalho em 44 horas por semana e pagamento pelas horas excedentes. Portanto, um dos possíveis efeitos dessa regulação sobre as condições de trabalho das empregadas domésticas foi a redução da jornada em 2013, que passou a ser a menor da série da pesquisa: 37 horas na semana, frente às 38 horas que eram praticadas no ano anterior, mas ainda duas horas acima da jornada legal. Ressalte-se que a redução da jornada de trabalho das empregadas domésticas é observada sequencialmente ao longo da série histórica. No entanto, as maiores reduções na jornada, entre 2012 e 2013, foram observadas entre as domésticas sem carteira assinada, de 39 para 36 horas; e entre as diaristas, de 23 para 20 horas semanais.

No último ano, o rendimento médio real por hora aumentou para as três formas de contratação do emprego doméstico, embora com maior intensidade entre as diaristas (14,3%) e as mensalistas sem carteira de trabalho assinada (13,2%); o rendimento das domésticas mensalistas com carteira de trabalho assinada variou numa proporção bem menor (6,7%). Tais rendimentos passaram a valer R\$ 4,66, R\$ 3,21 e R\$ 3,70, respectivamente (Tabela 2). É interessante constatar, no entanto, que nos últimos 16 anos, o maior ganho de rendimento ficou entre as mensalistas sem carteira assinada

(162,8%), seguido pelas com carteira assinada (134,8%) e, por último, as diaristas (58,8%). Possivelmente, as elevações maiores entre as trabalhadoras mensalistas foram impulsionadas pelo efeito da Política de Valorização do Salário Mínimo; no caso das com carteira, pelo efeito direto; no caso das sem carteira, pelo caráter de indexador que o Salário Mínimo assume frente os rendimentos aproximados.

Tabela 2
Jornada média semanal trabalhada (1) e rendimento médio real por hora das mulheres empregadas domésticas (2), por posição na ocupação Região Metropolitana de Salvador – 2012-2013

Indicadores	Total	Mensalistas		Diaristas
		Com carteira assinada	Sem carteira assinada	
(%)				
2012				
Jornada Média Semanal (em horas)	38	47	39	23
Rendimento Médio Real (3) por hora (em reais)	3,29	3,47	2,83	4,08
2013				
Jornada Média Semanal (em horas)	37	46	36	20
Rendimento Médio Real (3) por hora (em reais)	3,63	3,70	3,21	4,66

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) Exclui as empregadas domésticas que não trabalharam na semana.

(2) Excluem as empregadas domésticas que não trabalharam na semana; as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês; e as empregadas domésticas que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Valores em reais de novembro de 2013.

Algumas especulações a cerca da Política de Valorização do Salário Mínimo, seria a de que essa política levaria à redução da formalização para os ocupados de modo geral e, em especial, para as empregadas domésticas, que nesse ano de 2013, teve essas especulações reforçadas com a aprovação da Emenda nº 72. Na RMS, em 2013, o que se viu foi o oposto, tanto se elevou o nível de contratação de empregadas domésticas pela via formalizada, quanto aumentou o nível de contribuição previdenciária, inclusive entre as mensalistas sem carteira e entre as diaristas. Contudo, mesmo considerando as melhorias ocorridas no período analisado, chama atenção a situação de quase total exclusão de acesso a direitos trabalhistas e previdenciários das trabalhadoras domésticas mensalistas sem carteira assinada e das diaristas, dado que 90,9% entre as primeiras e 86,6% entre as segundas, não contribuem com a Previdência Social (Tabela 3), provavelmente pela dificuldade de comprometer parcela de seus baixos rendimentos para participar desse sistema.

Tabela 3
Distribuição das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação, segundo
contribuição para a Previdência Social
Região Metropolitana de Salvador – 2012-2013

Período e Contribuição para a Previdência Social	Total	Mensalistas		Diaristas
		Com carteira assinada	Sem carteira assinada	
(%)				
2012				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Contribui	39,8	99,3	(1)	(1)
Não contribui	60,2	(1)	94,0	89,7
2013				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Contribui	45,7	99,5	(1)	(1)
Não contribui	54,3	(1)	90,9	86,6

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Diante desses fatos, a questão que se coloca seria, além de assegurar o cumprimento dos novos direitos contemplados na legislação para as mensalistas, criar mecanismos que desestimulem a substituição de mensalistas por diaristas como forma de desobrigação das novas regras por parte de seus empregadores.

A situação das diaristas, no que diz respeito à relação de trabalho, assemelha-se a dos trabalhadores autônomos e por conta-própria. Estes vêm sendo contemplados com legislação específica, como a do microempreendedor individual, cujo objetivo é possibilitar o acesso a direitos previdenciários e ao novo regime fiscal. Nesse sentido, a criação de mecanismos que facilitem a contribuição e o acesso aos benefícios sociais às diaristas é fundamental no contexto de crescimento da ocupação dessa categoria ao longo da série histórica, a despeito o decréscimo do último ano. Além disso, deve-se considerar que muitas destas trabalhadoras são provedoras de suas famílias.

HISTÓRICO

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS)¹ produz informações sobre a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho desta região, mediante um levantamento mensal e sistemático sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho. Ao contrário de outras pesquisas, sua metodologia², ao privilegiar a condição de procura de trabalho, na caracterização da situação ocupacional dos indivíduos, permite captar formas de desemprego que são próprias de mercados de trabalho estruturalmente heterogêneos, como é o caso do brasileiro. Assim, por meio dela, pode-se evidenciar, além do desemprego aberto (o mais comum e conhecido), o desemprego oculto — por trabalho precário ou desalento³.

A PEDRMS é uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia, realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão da Secretaria de Planejamento (Seplan), e pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e a Universidade Federal da Bahia (UFBa), esta última até outubro de 2009. A pesquisa é financiada com recursos orçamentários do tesouro do Estado da Bahia e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através do Sistema Nacional de Emprego (Sine-BA), conforme a Resolução nº 55, de 4 de janeiro 1994, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

A Pesquisa coleta informações mensalmente, através de entrevistas com moradores de 10 anos de idade ou mais, em 2.500 domicílios da Região Metropolitana de Salvador, resultando na aplicação de cerca de 9.000 questionários/mês.

A PEDRMS permite o acompanhamento de aspectos quantitativos e qualitativos da evolução do mercado de trabalho local. Seus resultados fornecem preciosas informações para a atuação de gestores do setor público, trabalhadores, empresários e estudiosos do mercado de trabalho, permitindo-lhes o acesso a informações essenciais para a tomada de decisões não apenas no que se refere à área do trabalho, mas também ao campo econômico e à política de emprego de um modo geral.

Pesquisas semelhantes, do ponto de vista metodológico, também são realizadas nas seguintes regiões metropolitanas: São Paulo (desde 1985), Porto Alegre (desde 1992), Brasília (desde 1991), Belo Horizonte (desde 1994), Recife (desde 1997) e Fortaleza (desde 2008). Essa metodologia comum foi desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e a Fundação Seade — órgão da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo —, que acompanham sistematicamente sua aplicação em todas essas regiões.

¹ Essa pesquisa já foi realizada anteriormente na RMS, no período 1987/1989. Sua retomada deu-se a partir de julho de 1996, com três meses de “pesquisa piloto”, que permitiu testar o funcionamento de todas as etapas do trabalho. A partir de outubro de 1996 iniciou-se a “pesquisa plena” que possibilitou as avaliações e análises do mercado de trabalho da RMS, por meio dos indicadores gerados no trimestre outubro-dezembro de 1996.

² Sobre a metodologia utilizada na pesquisa, ver:

TROYANO, A. A. et al. A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego: a pesquisa Fundação Seade/Dieese. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 2-6, jan./abr. 1985.

TROYANO, A. A. A trajetória de uma pesquisa: avanços e obstáculos. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 4, n. 3/4, p.69-74, jul./dez. 1990.

TROYANO, A. A. Pesquisa de emprego e desemprego: metodologia, conceitos e aferições dos resultados. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 123-134, out./dez. 1992.

³ Esses e outros conceitos utilizados na pesquisa estão expostos em Notas Metodológicas na página seguinte do presente boletim.

NOTAS METODOLÓGICAS

Plano amostral

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana Salvador (PEDRMS) tem como unidade amostral o domicílio da área urbana dos dez municípios que a compõem: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. Estes municípios estão subdivididos em 17 distritos, 22 subdistritos, 165 zonas de informação (ZI) e 2.243 setores censitários (SC). A metodologia de sorteio produz uma amostra equiproporcional em dois estágios, sendo os setores censitários sorteados dentro de cada ZI e os domicílios dentro de cada SC. As informações de interesse da pesquisa são coletadas mensalmente, através de entrevistas realizadas com os moradores de dez anos de idade ou mais, em aproximadamente 2.500 domicílios, que representam uma fração amostral de 0,35% do total de domicílios da RMS. Em alguns casos, a significância pode atingir o âmbito municipal.

Médias trimestrais

Os resultados são divulgados mensalmente e expressam médias trimestrais móveis dos indicadores produzidos. Isto significa que as informações referentes a determinado mês representam a média dos dados coletados no último mês e nos dois meses que o antecederam.

Revisão de índice

A partir de agosto de 1997, as séries de índices das tabelas 5, 6, 7 e 12 (anexo estatístico) foram revisadas com base nas novas estimativas demográficas, obtidas através da contagem da população realizada pelo IBGE em 1996. A partir de janeiro de 2001, as projeções de população foram ajustadas com base nos resultados definitivos do Censo 2010.

PRINCIPAIS CONCEITOS

PIA

População em Idade Ativa: corresponde à população com dez anos ou mais.

PEA

População Economicamente Ativa: parcela da PIA ocupada ou desempregada.

Ocupados

São os indivíduos que possuem:

- Trabalho remunerado exercido regularmente.
- Trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias.
- Trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

Desempregados

São os indivíduos que se encontram numa das seguintes situações:

- Desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias.
- Desemprego oculto: (I) por trabalho precário: pessoas que realizam de forma irregular, ou seja, em caráter ocasional e eventual, algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás; (II) por desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente nos últimos 12 meses.

Inativos (maiores de dez anos)

Correspondem à parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

Rendimentos do trabalho

É captado o rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência) efetivamente recebido, referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os assalariados, são considerados os descontos por falta ou acréscimos devido a horas extras, gratificações etc. Não são computados o décimo terceiro salário e os benefícios indiretos. Para os empregadores, autônomos e demais posições, é considerada a retirada mensal.

PRINCIPAIS INDICADORES

Taxa Global de Participação¹

Relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA). Indica a proporção de pessoas com dez anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas.

Taxa de Desemprego Total⁴

Equivala à relação Desempregados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto. Todas as taxas de desemprego divulgadas, referentes a tipos específicos de desemprego (aberto ou oculto) ou a atributos pessoais selecionados, são calculadas como uma proporção da PEA.

Rendimentos

Divulga-se:

- **Rendimento médio:** refere-se à média trimestral do rendimento mensal real no trabalho principal. A média trimestral é calculada com base em valores nominais mensais, inflacionados pelo IPC-SSA (Seplan/SEI) até o último mês do trimestre. Os dados de rendimento, investigados em cada mês, referem-se ao mês imediatamente anterior e, portanto, têm sempre esta defasagem em relação às demais informações da pesquisa. Por exemplo, os dados apurados no trimestre fevereiro-abril correspondem à média do período janeiro-março, a preços de março.
- **Distribuição dos rendimentos:** indica os valores máximos recebidos pelos 10% e 25% mais pobres, os valores mínimos recebidos pelos 25% e 10% mais ricos, e o rendimento mediano, que divide a população entre os 50% que têm os rendimentos mais baixos e os 50% que têm os rendimentos mais altos.

¹ As taxas (desemprego, participação etc.) específicas, de acordo com atributos das pessoas (sexo, cor, idade, posição no domicílio), são calculadas como proporção do grupo de indivíduos com o mesmo atributo na PIA ou na PEA. A título de exemplo, a taxa de desemprego para os indivíduos com atributo X = desempregados com atributo X / PEA com atributo X.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Jaques Wagner – Governador
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
José Sergio Gabrielli de Azevedo – Secretário
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
José Geraldo dos Reis Santos – Diretor geral
Armando Affonso de Castro Neto – Diretor de Pesquisas
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE
Nilton Vasconcelos Júnior – Secretário
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO
Maria Thereza Sousa Andrade – Superintendente
FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS
Maria Helena Guimarães de Castro – Diretora executiva
Maria Alice B. Cutrim – Coordenadora do Sistema PED
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
Antônio de Sousa – Presidente
Clemente Ganz Lúcio – Diretor técnico
Ana Georgina Dias – Supervisora Regional da Bahia
Lúcia Garcia – Coordenadora do Sistema PED

EQUIPE TÉCNICA DA PEDRMS

COORDENAÇÃO

Ana Maria S. Guerreiro (Coordenação SEI)
Ana Margaret Simões (Coordenação Dieese)

SETOR DE ANÁLISE

Luiz Chateaubriand C. dos Santos
Carlota Gotschall
Luciano Pereira de Araújo Costa

ESTATÍSTICA

Lenaldo Azevedo dos Santos (Coordenação SEI)
Silvana dos Santos Souza
Cidnea da Silva Araújo

SUPERVISÃO DE CAMPO

Cristiane Santos de Sousa (Coordenação)
André Luis Pinto Dantas Cunha
Lucas Guerreiro Pinheiro
Mariluce Borba Andrade
Marly Nascimento Muniz
Matheus Lima de Souza
Thiago Gaspari Borba de Souza

CRÍTICA

Rachel Alexandrina Pimenta (Coordenação)
Auristela da Cruz Rocha

Célia Maria Dultra Passos
Felipe Lucas Musse Duarte
Naiane Kelly Borba de Andrade
Sandra Simone P. Santana

CHECAGEM

Marcos dos Santos Oliveira (Coordenação SEI)
Alexandre Cândido da Silva
Eduardo Walter A. Silva
Keliane dos Santos Andrade
Nelson Apolinário da Silva
Raimundo Milton Fagundes da Silva

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Eliana Silva Lisboa

DIGITAÇÃO

Adélia dos Santos Santana
Márcio Martins de Mello
Maricléa Menezes Santos

APOIO ADMINISTRATIVO

Antoniél Ataíde Bispo Júnior
Hildete Karla Borba Andrade
Josemira Mendonça Barbosa

ENTREVISTADORES

Aida de Araújo Santana, Aidil de Araújo Santana, Anderson Douglas de Menezes, André Moody Silveira, Bruno Chastinet Vasconcelos Evangelista, Cristian Duarte Mascarenhas dos Santos, Cristian Reis Lima, Elaine de Jesus Moura Conceição, Ezinete Lima Tosta, Hilda Gonzaga Mota, Israelnice dos Santos Silva, Joelma Matos Lima, Judilácia dos Santos Melo, Marise Menezes Santos, Moema Batista Coutinho, Milton Carlos Mendonça Barbosa, Patrícia Duarte M. dos Santos, Patrícia Ferreira Caldas, Pedro José Loureiro de Alcântara, Roberto Aryel Santos Barbosa, Sabrina Guimarães Araújo, Washington Magalhães Costa, Zenadia Maria de Jesus.